

12  
2012

# R

# evista de História da Sociedade e da Cultura



Centro de História da Sociedade e da Cultura  
Universidade de Coimbra

Coimbra

# **A Batalha de Atoleiros (6 de Abril de 1384): ensaio geral para Aljubarrota?**

João Gouveia Monteiro

Universidade de Coimbra

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

jgmonteiro@mail.telepac.pt

Texto recebido em /Text submitted on: 19/01/2012

Texto aprovado em /Text approved on: 06/02/2012

## *Resumo/Abstract:*

Este artigo revisita, com detalhe, a batalha de Atoleiros, que teve lugar no Alto Alentejo em 6 de Abril de 1384. Trata-se de um combate pouco valorizado pela historiografia tradicional, mas que teve enorme importância política, psicológica e, claro, militar. Por um lado, consolidou o partido do Mestre de Avis mostrando a todos que ele tinha força suficiente para se impor e provando que os Castelhanos, afinal, não eram invencíveis. Por outro, impediu a junção das tropas castelhanas que invadiam o Alentejo com aquelas que já montavam o cerco a Lisboa. Além disso, a solução tática adoptada por Nuno Álvares Pereira (combate apeado, combinando cavalaria desmontada, peonagem e atiradores) foi engenhosa e revelou grande actualização, resultante do largo contacto estabelecido durante as guerras fernandinas com os homens-de-armas ingleses. Neste sentido, a batalha de Atoleiros pode ser, a justo título, considerada como precursora da grande vitória obtida em Aljubarrota, escassos 16 meses mais tarde. Em anexo, este artigo apresenta o Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros, recentemente inaugurado na vila de Fronteira, a cerca de 2,5 km do campo onde se travou a batalha.

This paper revisits the Battle of Atoleiros, which took place in North Alentejo on the 6<sup>th</sup> April 1384. Although it has not been highly praised by traditional historiography, this was a very important battle, not only from a military point of view but also from a political and a psychological one. On one hand, the Battle of Atoleiros reinforced the political group of the Master of Avis and proved that it was strong enough to impose itself and to defeat the Castilian party. On the other hand, it undermined the possibility of new Castilian forces invading the Alentejo to join themselves to those which had already begun the siege of Lisbon. Besides, the tactical solution adopted by Nuno Álvares Pereira (combat on foot, associating dismounted cavalry, foot soldiers and crossbowmen) was very astute and revealed a deep knowledge of the most modern tactical solutions. This was certainly the result of the large contact between Portuguese and English troops that occurred during the wars of King Fernando against Castile (1381-1382). In this sense, the Battle of Atoleiros may undoubtedly be considered predecessor of the great victory achieved by Nuno Álvares in Aljubarrota some 16 months later. As an Appendix, this paper presents the recently inaugurated Interpretative Centre of the Battle of Atoleiros, that is located only 2,5 km from the battlefield.

## *Palavras chave/Keywords:*

Guerra medieval; Tática militar; Crise de 1383-1385; Nuno Álvares Pereira; Batalha de Atoleiros.

Medieval war; Military tactic; War of 1383-1385; Constable Nuno Álvares Pereira; Battle of Atoleiros.

No decurso da chamada Crise de 1383-1385 tiveram lugar, para além de inúmeras operações de cerco (de castelos ou praças-fortes) e de muitas cavalgadas devastadoras em território inimigo (a que chamaríamos hoje ‘acções de guerrilha’), quatro combates principais em campo aberto: as batalhas de Atoleiros (em 6 de Abril de 1384), de Trancoso (em 29 de Maio de 1385), de Aljubarrota (em 14 de Agosto de 1385) e de Valverde (possivelmente em 17 de Outubro de 1385). Tal como era comum suceder na Idade Média, os principais envolvidos na disputa pela sucessão de D. Fernando (o rei de Castela, D. Juan I; e o Mestre de Avis, eleito em Abril de 1385 rei de Portugal com o nome de D. João I) não participaram pessoalmente senão num destes combates – o que se revelaria decisivo para o desfecho da Crise: a batalha de Aljubarrota. Os outros foram assunto de Mestres de Ordens Militares, de fronteiros e de Condestáveis, ou então de grandes fidalgos (geralmente tão interessados em defender os seus interesses pessoais como os dos chefes que representavam). Também por este facto, a batalha de Aljubarrota tem monopolizado as atenções dos historiadores, a começar pelo autor deste breve ensaio<sup>1</sup>. E no entanto, também os outros combates, ainda que de proporções muito mais modestas, mereciam uma revisão cuidadosa. Não só pelo seu valor militar intrínseco, do ponto de vista estratégico e tático, como pelo seu significado político e até psicológico,

---

<sup>1</sup> Cf. MONTEIRO, João Gouveia (coord.) – *Aljubarrota Revisitada*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001 (em colaboração com Fernando Pedro Figueiredo, Lídia Catarino, Helena Catarino, Eugénia Cunha, Carina Marques e Vítor Matos); MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota, 1385: a Batalha Real*. Lisboa: Tribuna da História, 2003; e MONTEIRO, João Gouveia – As Campanhas que fizeram a história, in BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, esp. p. 262-264. É obrigatório recordar também o valioso estudo de OLIVEIRA, General Frederico Alcide de – *Aljubarrota Dissecada*, 2.<sup>a</sup> edição, revista e ampliada. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico Militar, 1988. De entre os trabalhos mais recentes, destacamos: DUARTE, Luís Miguel – *Guerra pela Independência, 1383-1389*. Lisboa: Quidnovi; Academia Portuguesa da História, 2006; e MONTEIRO, João Gouveia – Estratégia e Risco em Aljubarrota: a decisão de dar batalha à luz do ‘paradigma Gillingham’, in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média, Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. CIBA; Porto de Mós; Alcobaça; Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, vol. I, p. 75-107. Neste último trabalho, indica-se a bibliografia estrangeira mais relevante para o estudo dos dispositivos táticos utilizados na Europa coeva, o que permitirá um entendimento mais amplo e contextualizado da problemática tratada no presente artigo.

tendo em conta a relevância do seu contributo para o desfecho final da Crise que poria fim à primeira dinastia portuguesa<sup>2</sup>.

No caso da batalha de Atoleiros, de que nos ocuparemos neste ensaio, pode dizer-se que essa revisão está em curso. O campo de batalha tem sido objecto de alguns estudos preliminares nos últimos anos e o empenho da Câmara Municipal de Fronteira levou à criação nesta vila de um bom Centro de Interpretação, que certamente ajudará a tirar um pouco mais da sombra este acontecimento tão relevante da nossa História. Assim, à “mise au point” tão conscienciosamente preparada, há quase um quarto de século, pelo Coronel Carlos Gomes Bessa<sup>3</sup> têm-se sucedido pequenos artigos de divulgação bastante interessantes<sup>4</sup>, de algum modo estimulados pela canonização de Nuno Álvares Pereira em Abril de 2009 (facto que motivou, aliás, uma bela exposição sobre o Condestável na Escola Prática de Infantaria, em Agosto de 2009).

Parece, portanto, ser esta uma altura adequada para voltarmos ao tema, tendo sempre presente que as duas principais fontes narrativas de que

---

<sup>2</sup> Sobre a batalha de Trancoso, o estudo de referência é o de ARNAUT, Salvador Dias – *A Batalha de Trancoso*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1947; mas deve ver-se também BARBOSA, Pedro Gomes – *Batalha de Trancoso*. São Jorge: Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008. Para uma primeira abordagem da batalha de Valverde, pode ver-se a síntese de MAGALHÃES, General Altino de – *A guerra continua no território castelhano. A batalha de Valverde, in Aljubarrota – 600 Anos depois*. Lisboa: Minerva, 1987, p. 243-260. A SANTOS, General José Alberto Loureiro dos Santos se deve uma interpretação inovadora da articulação estratégica destes vários combates (o de Aljubarrota incluído) – *Abordagem estratégica da Guerra da Independência*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico Militar, 1986. Entretanto, é imprescindível acompanhar os trabalhos arqueológicos que vêm sendo feitos nos campos de batalha de Aljubarrota e de Trancoso, os quais poderão no futuro iluminar as nossas reconstituições destes confrontos: cf. AMARAL, Maria Antónia de Castro Athayde – *Os vestígios materiais da guerra: o caso da Batalha de Aljubarrota (S. Jorge, Porto de Mós) e da Batalha de S. Marcos (Trancoso), in A Guerra e a Sociedade na Idade Média, Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. CIBA; Porto de Mós; Alcobaça; Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, vol. I, p. 521-537.

<sup>3</sup> Cf. BESSA, Carlos Gomes – *Batalha dos Atoleiros. Seu carácter precursor em Portugal, in Aljubarrota – 600 Anos depois*. Lisboa: Minerva, 1987, p. 97-128.

<sup>4</sup> Cf., entre outros: AFONSO, Carlos – *A Crise de 1383-1385 e a Batalha de Atoleiros, Azimute (Revista Militar de Infantaria)*. 187 (Agosto de 2009), 39-44; e LOUSADA, Abílio Pires, FALCÃO, Luis e MENESES, António Cordeiro – *Nuno Álvares Pereira e a Batalha dos Atoleiros, Jornal do Exército*. Ano L, 588 (Outubro de 2009), 49-60. Num outro género, mais erudito e essencial para o bom conhecimento da figura de Nuno Álvares Pereira, deve ver-se NASCIMENTO, Aires A. do – *Nuno de Santa Maria – Fragmentos de Memória Persistente*. Lisboa: Associação Regina Mundi, 2009.

dispomos para o estudar são duas preciosas crónicas portuguesas da primeira metade do séc. XV: a *Crónica do Condestabre* (obra de autor anónimo mas decerto muito próximo de Nuno Álvares Pereira, composta pouco depois da morte deste em 1431)<sup>5</sup> e a *Crónica de D. João I (1.ª Parte)*, de Fernão Lopes (redigida por volta de 1440)<sup>6</sup>. A estas duas fontes é obrigatório acrescentar o relato de Pero López de Ayala<sup>7</sup>, o chanceler e cronista de D. Juan I de Castela, relato esse que contudo, por ser muito seco e abreviado, apesar de contemporâneo não tem o mesmo interesse das duas narrativas portuguesas.

Nos finais de Março de 1384, o rei de Castela estava decidido a cercar Lisboa. A partir de Santarém, e já depois de ter usurpado a regência de Portugal a sua sogra Leonor Teles, D. Juan I ia acompanhando os primeiros movimentos ofensivos das suas tropas na região do Lumiar. A 26 de Maio, juntamente com a esposa D. Beatriz (filha única de Fernando e Leonor, reis de Portugal), avançaria em força sobre a principal cidade do reino e instalaria o seu imenso arraial na zona do mosteiro de Santos. Com a frota castelhana posicionada no Tejo ficava completo o bloqueio a Lisboa, por todos considerada a “chave-militar” do reino. Do lado de dentro, há muito (desde Fevereiro) que o Mestre de Avis preparava como podia a resistência a um cerco que se antevia tremendo. Mas, ao mesmo tempo, pensava em prevenir a entrada de mais tropas castelhanas pela planície alentejana, ou pelo menos em evitar que estas se viessem juntar, mais tarde ou mais cedo, à hoste que sitiava a capital.

---

<sup>5</sup> *Crónica do Condestabre de Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1969 (reprodução fac-similada da edição original, de 1526). Nesta fonte, o relato da batalha de Atoleiros (incluindo os seus preliminares e as suas sequelas) desenvolve-se entre os caps. XXVII e XXIX, fls. XIX-XXIV; no entanto, o essencial encontra-se concentrado no cap. XXVIII, fls. XX-XXIII v.º.

<sup>6</sup> LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977 (reprodução fac-similada da edição do Arquivo Histórico Português, de 1915, preparada por FREIRE, Anselmo Braancamp). Fernão Lopes concentrou o essencial do seu relato sobre o combate de Atoleiros no cap. XCV, p. 158-161, mas um enquadramento completo deste episódio aconselha a leitura dos caps. LXXXVII a XCVI, p. 145-162.

<sup>7</sup> LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del rey Don Juan Primero de Castilla e de León*, in MARTÍN, José-Luis (ed.) – *Crónicas*. Barcelona: Planeta, 1991. O breve relato de López de Ayala sobre a batalha de Atoleiros encontra-se em: Año VI, 1384, cap. IV, p. 563-564.

Por isso, em Março de 1384, o Mestre nomeou Nuno Álvares Pereira como fronteiro da comarca de Entre Tejo-e-Guadiana (i.é, como superintendente militar de toda a província do Alentejo). Nuno era filho do Prior do Hospital (D. Álvaro Gonçalves Pereira) e não completara ainda 24 anos. A sua nomeação suscitou, como sugere Fernão Lopes, suspeitas e invejas entre os fidalgos mais próximos do Mestre, mas este não vacilou na escolha. Atribuiu ao jovem fronteiro um pequeno exército e pediu-lhe que correspondesse ao apelo de algumas vilas e castelos alentejanos que já tinham voz por ele e que pediam que lhes enviasse um bom capitão para os ajudar a expulsar os Castelhanos da sua comarca. Na verdade, Juan I dera ordens ao seu almirante-mor (Fernão Sanches de Tovar) para que juntasse as suas tropas às do Mestre de Alcântara, às do Conde de Niebla e às do Prior do Hospital (Pedro Álvares Pereira, irmão de Nuno)<sup>8</sup> com o objectivo de arrasarem a comarca e se juntarem depois ao rei em Lisboa. O plano foi bem assimilado e estava já a ser cumprido, como bem documenta a ofensiva de cinco dias realizada sobre Portalegre.

Nun'Álvares não perdeu tempo. Escolheu quatro dezenas de escudeiros que estavam na capital (alguns deles, segundo Fernão Lopes, escudeiros de Évora e de Beja que conheciam bem a região e o terreno<sup>9</sup>) e abalou de Lisboa com cerca de 200 “lanças” (homens montados e equipados para a guerra) e com soldo para um mês de campanha. O Mestre foi-se despedir dele a Coima, com isso legitimando os poderes do jovem fronteiro, que incluíam capacidade para dar e confiscar bens pessoais, conceder ou retirar menagens aos alcaides dos castelos e fazer justiça.

À chegada a Setúbal, Nun'Álvares viu ser-lhe recusada a entrada na cidade, mas não esmoreceu e aproveitou o acampamento no exterior para organizar melhor as suas tropas: instalação de guarda (diurna e nocturna)

---

<sup>8</sup> Sobre o posicionamento de Pedro Álvares Pereira e de outros membros da mesma família no contexto específico da Crise de 1383-1385, veja-se: COSTA, Paula Pinto – Uma cultura de guerra aquém e além da fronteira: a Ordem do Hospital no contexto da batalha de Aljubarrota, in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média, Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. CIBA; Porto de Mós; Alcobça; Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, vol. 1, p. 591-614.

<sup>9</sup> Neste ponto, é curiosa a referência de LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. LXXXVII, p. 146-147, segundo a qual alguns destes homens tinham sido expulsos de Évora e de Beja por não merecerem a confiança política das populações alentejanas.



no arraial; criação de um sistema de recolha de informação inteligente e de localização do inimigo baseado numa corrente de estafetas e de mensageiros; nomeação de um conselho de guerra com representantes de todos os concelhos incluídos na sua hoste; criação de uma bandeira própria; e nomeação de oficiais subalternos para todas as funções (um alferes para cuidar do estandarte, um meirinho para executar as decisões judiciais, um ouvidor para recolher as queixas, um carcereiro para se ocupar dos prisioneiros, um tesoureiro para gerir as verbas recebidas do Mestre e de outras fontes, e um capelão e pregador para assistir espiritualmente este pequeno exército).

Seguiu-se a marcha para Montemor-o-Novo (onde foram muito bem acolhidos pelos notáveis do lugar) e, depois, para Évora. A partir daqui, Nun'Álvares enviou numerosas cartas a todos os lugares da província, apelando a que mais tropas se viessem juntar-lhe. Conseguiu assim recrutar mais 30 lanças e cerca de 1000 peões e besteiros. Avançou então para Estremoz, onde veio a saber que uma poderosa hoste castelhana tinha já alcançado o Crato (terra da Ordem do Hospital, a quem a família Pereira tinha fortes ligações) e se preparava para pôr cerco à vila de Fronteira. Este facto levou Nun'Álvares a intensificar a sua campanha de recrutamento nos concelhos de Estremoz, de Beja e de Elvas, e foi na primeira destas localidades que o fronteiro avaliou os resultados dos seus esforços, ao realizar, na Praça do Rossio, um primeiro alardo (i.é, uma primeira revista) às suas tropas: segundo Fernão Lopes, Nun'Álvares podia contar com 300 homens a cavalo (180 dos quais equipados com bacinetes, i.é, com boas protecções de cabeça, para além da restante indumentária de combate), com perto de 100 besteiros e com pouco mais de 1000 peões (decerto rudemente equipados). Não era muita gente para enfrentar uma hoste bem recheada; como resume o cronista, “pouca gente darmas, e nom bem armados”<sup>10</sup>... Perante isto, Nun'Álvares compreendeu que tudo dependeria da motivação dos seus homens, da sua disponibilidade para lutar de forma organizada e sofrida. Por isso, no dia 5 de Abril de 1384, D. Nuno falou aos seus procurando mobilizá-los para a árdua tarefa de combaterem os Castelhanos que estavam no Crato. Mas os homens hesitavam, face ao poderio do adversário e

<sup>10</sup> Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCII, p. 153.

aos grandes nomes que vinham na hoste castelhana. Constava que os inimigos tinham consigo mais de 1000 lanças e muitos ginetes (cavalaria ligeira), para além de besteiros e de um elevado número de homens de pé. Também a presença dos irmãos de Nun'Álvares (e de um fidalgo chamado Martim Anes Barvudo que se intitulava então Mestre de Avis) na hoste adversária lançava a perplexidade e a dúvida na pequena hoste do jovem fronteiro. Tudo somado, os homens começaram por recusar a ideia de um combate directo, com isso obrigando Nun'Álvares a dramatizar o seu discurso até conseguir convencê-los<sup>11</sup>. Nessa noite ainda houve quem tentasse desertar, mas o grosso da hoste parece ter ficado rendida à argumentação e ao exemplo do seu líder e, na madrugada seguinte, dia 6 de Abril, depois de tocadas as trombetas e ouvida a missa, todos abalaram de Estremoz marchando na direcção de Fronteira (c. 20 km), precedidos por um corpo de batedores do terreno. A duas léguas e meia (c. 12,5 km) de Estremoz encontraram um escudeiro castelhana, de nome Rui Gonçalves, que cavalgava em sentido contrário com uma mensagem dos seus senhores: que desistissem da temerária ideia de combater em condições de tamanha desigualdade e, quanto a Nun'Álvares, que pensasse melhor e aderisse ao partido dos irmãos e à causa de Juan e Beatriz (os reis de Castela). Explica a *Crónica do Condestabre* que Nuno recusou com altivez esta proposta e pediu mesmo a Rui Gonçalves (que devia conhecer pessoalmente porque vivera em tempos na casa do seu pai, o Prior do Hospital) que prevenisse os Castelhanos para se prepararem para lutar e dentro de muito pouco tempo<sup>12</sup>. Informados disto, os Castelhanos suspenderam os preparativos do assédio a Fronteira e organizaram-se para marchar ao encontro de Nun'Álvares, tomando para isso a estrada que, passando por Santo Amaro, conduzia a Estremoz.

Este lapso de tempo deve ter tido uma influência decisiva no desfecho do combate. Com efeito, depois da partida de Rui Gonçalves, a hoste de Nun'Álvares avançou apenas mais uma légua (c. 5 km) até alcançar um

---

<sup>11</sup> Fernão Lopes afirma que Nun'Álvares disse que não reconhecia os seus irmãos como tal e que se ofereceu para ser ele próprio a encabeçar o combate: “que eu seja o deamteiro ante a minha bamdeira, e o primeiro que comece a pellejar” (*Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCIII, p. 155).

<sup>12</sup> Cf. *Crónica do Condestabre...*, cit., cap. XXVIII, fl. XXII v.º.



“logar bem comvinhavell pera a batalha, omde chamom os Atolleiros”, situado a apenas uma “mea legoa pouco mais ou menos aaquem de Fromteira<sup>13</sup>. Parece que se tratava de um terreno com uma inclinação suave, apresentando na sua zona mais baixa uma linha de água conhecida como a ribeira do Carvalho ou das Águas Belas. Esta ribeira não configuraria um obstáculo inultrapassável, pois não seria demasiado larga e profunda, mas Nun’Álvares deve ter pensado que ela poderia ser muito útil para dificultar a progressão adversária na hora da arrancada castelhana. Para mais, tanto a nascente como a poente corriam mais duas pequenas linhas de água, afluentes da ribeira das Águas Belas, o que ajudaria a conferir um contorno tacticamente muito interessante ao local seleccionado pelo jovem fronteiro. O cabeço onde Nun’Álvares se deve ter instalado apresentava um topo aplanado e não seria muito amplo: cerca de 200 m de frente (no sentido leste-oeste) e não mais do que 100 m de profundidade. Dali até às referidas linhas de água não distariam mais de 15 a 20 m, em linha recta, um desnível que no entanto seria precioso para tirar partido da capacidade de disparo dos atiradores com besta e da capacidade de arremesso de dardos e de pedras pelos pedões.

Uma observação cuidadosa do terreno sugere que Nun’Álvares terá disposto a sua hoste num local cerca de 150 m a nascente da travessia da ribeira das Águas Belas. Por outro lado, os estudos geológicos e hidrológicos denunciam a natureza argilosa dos solos nesta área e revelam que se tratava de uma zona rica em água (aspecto bem documentado pela presença de uma ribeira com vários afluentes, para além de quatro nascentes). O próprio topónimo “Atolleiros” aponta para um lugar alagadiço, ainda por cima tendo em conta que estamos a reconstituir um episódio passado no mês de Abril, altura em que as linhas de água levariam bastante caudal, provocando assim um certo alagamento do conjunto do terreno.

Um levantamento topográfico realizado em 2006 por António Coelho da Rocha permitiu também desenvolver um Modelo Digital de Terreno do paleorelevo do local, cuja topografia original foi alterada, uma vez que durante a segunda metade do séc. XIX se construiu a actual estrada asfaltada, para além de na década de 1930 ali se ter preparado o ramal da CP ligando

---

<sup>13</sup> Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCV, p. 158.

Estremoz a Portalegre; além disso, entre 1987 e 1994, a construção de duas barragens para irrigação na ribeira do Carvalho implicaram também alterações na paisagem original<sup>14</sup>. Por outro lado, António Coelho da Rocha e Paulo Morgado investiram na realização de um trabalho de fotointerpretação tendo em conta a análise geológica, geomorfológica e hidrológica do terreno<sup>15</sup>. Os objectivos principais deste trabalho com fotografia aérea relacionavam-se com a interpretação do relevo e das vias de comunicação e com a tentativa de identificação de potenciais vestígios da batalha (estruturas defensivas, enterramentos ou outras). Isso permitiu identificar áreas de interesse e seleccionar zonas preferenciais para trabalhos de prospecção indirecta (geofísica) ou directa (intervenção arqueológica). Foram, aliás, já realizados alguns trabalhos de prospecção geofísica<sup>16</sup> cujos resultados aguardam agora confirmação e aprofundamento através de intervenção arqueológica. Refira-se ainda que, no decurso destes valiosos estudos, foi construído um Sistema de Informação Geofísica (articulando topografia, fotografia aérea e geofísica) e que numa área suspeita já identificada pela foto-interpretção (uns 100 m a sul da ribeira e c. 50 m a nascente da estrada) revelou a presença de muitas pedras de calcário arredondadas com 10 x 20 cm de diâmetro, dispersas por uma área com cerca de 50 metros de diâmetro, com a curiosidade suplementar de se tratar de material exógeno e que pode, por isso, ter alguma relação com o combate e com a tática adoptada na batalha pela hoste de Nuno Álvares Pereira.

Ocupada esta posição (discretamente) favorável para o combate – um privilégio de quem conseguia escolher previamente o campo de batalha e seduzir o adversário a travar a luta naquelas condições – Nun'Álvares tratou de dispor a sua pequena hoste. A primeira decisão relevante consistiu em mandar apear todos os cavaleiros: à boa maneira inglesa, o jovem fronteiro queria que todos combatessem a pé, sem possibilidade de fuga e

---

<sup>14</sup> Cf. ROCHA, António Coelho da – *Campo Militar dos Atoleiros, Atoleiros-Fronteira, Levantamento Topográfico*. Relatório, Sigologia, Maio de 2006.

<sup>15</sup> Cf. ROCHA, António Coelho da e MORGADO, Paulo – *Campo Militar dos Atoleiros, Atoleiros-Fronteira, Fotointerpretação*. Relatório, Sigologia, Junho de 2006.

<sup>16</sup> Cf. ROCHA, António Coelho da – *Campo Militar dos Atoleiros, Atoleiros-Fronteira, Prospecção geofísica*, Relatório, Sigologia, Junho de 2006.

dispostos a vencer ou a morrer. Depois, Nun'Álvares organizou dois corpos (ou “azes”) principais: uma vanguarda que ele próprio comandaria, conforme o prometido em Estremoz; e uma retaguarda (ou reserva). Finalmente, nas alas foram colocados os atiradores com besta (para poderem disparar com desimpedimento do campo de tiro) e muitos homens de pé (pelo menos uma parte deles munidos de dardos ou de pedras de arremesso). Possivelmente, houve um pequeno corpo de besteiros que terá ficado posicionado no topo do cabeça. Tal como era costume neste género de dispositivos, Nun'Álvares teve também o cuidado de misturar alguns homens de armas (mais experientes e mais bem equipados) no seio da peonagem, para os animar e enquadrar e para prevenir qualquer possibilidade de fuga.

Feito isto, Nun'Álvares passou à fase seguinte: o tradicional discurso de emulação às tropas. Seguindo o roteiro retórico tradicional, o comandante assegurou aos seus homens que a causa que defendiam era justa (e, por isso, teria caução divina), apelou à sua capacidade de sofrimento em nome da defesa da sua terra, dos seus bens e das suas famílias, e acenou-lhes com honras e recompensas vultuosas caso saíssem vencedores. Seguiu-se uma oração colectiva (também habitual nos exércitos medievais, que se faziam geralmente acompanhar por sacerdotes e alfaias religiosas), finda a qual Nun'Álvares tomou a sua lança e vestiu o seu bacinete (possivelmente sem baixar a respectiva viseira, para ser mais facilmente reconhecido pelos seus homens durante a refrega). Restava esperar a investida do adversário, cuja chegada se anunciava já na linha do horizonte.

Ao alcançarem a herdade onde a hoste inimiga tinha disposto as suas tropas, os Castelhanos realizaram um alto para avaliar a situação. E, aparentemente antes de procederem a qualquer reconhecimento cuidadoso do terreno, fizeram então uma opção de fundo que se revelaria infeliz: segundo Fernão Lopes (que neste ponto segue de muito perto a narrativa da *Crónica do Condestabre*), ao verem o pequeno exército português todo apeado, disposto pela encosta acima e aguardando a investida inimiga, os capitães castelhanos decidiram travar o combate a cavalo (“hordenarom de viinr aa batalha de cavallo”)<sup>17</sup>. Contavam decerto com a superioridade dos seus efectivos

---

<sup>17</sup> Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCV, p. 159; e *Crónica do Condestabre...*, cit., cap. XXVIII, p. 3.

(que incluíam cerca de um milhar de homens montados) e do seu equipamento militar, e não devem ter visto motivos para abdicar das grandes vantagens que a utilização das montadas conferia: rapidez de execução, mobilidade, conforto na subida da encosta (ainda que suave), segurança (pois seria muito mais fácil fugir em caso de insucesso), vantagem natural no momento do choque (impacto da carga, possibilidade de atingir o adversário a partir de cima), etc.. Assim, os ginetes, uma parte substancial da peonagem (aqui se incluindo possivelmente os besteiros) e o trem de apoio foram desviados para uma encosta semeada de trigo (“huña ladeira dhuñ pam verde”)<sup>18</sup> que havia nas redondezas, enquanto a cavalaria pesada organizava as suas linhas de ataque. Tal como era hábito na época, estas devem ter sido formadas em regime de pequenos esquadrões de uma dúzia de cavaleiros (os “conrois”), cada qual com o seu capitão e a sua bandeira, dispostos lado a lado a curta distância e escalonados em profundidade<sup>19</sup>. Formadas as várias linhas umas atrás das outras, os Castelhanos tomaram as suas lanças compridas e esporearam os cavalos, abalando em direcção ao adversário. A meio caminho, com os cavalos já a galope, puseram as lanças (que de início levavam ao alto) na horizontal e fixaram-nas debaixo das axilas, bem apertadas contra os flancos e prontas para carregar com o máximo de potência<sup>20</sup>. Segundo o biógrafo anónimo de Nun’ Álvares Pereira, nesta arrancada os Castelhanos gritavam “Castela! Santiago!” e faziam “grãdes alaridos como mouros”<sup>21</sup>, decerto como forma de atemorizar os inimigos e de estimular a ousadia dos seus próprios cavaleiros.

Enquanto isso, a hoste portuguesa preparava-se para a recepção do ataque. Logo que os adversários entraram no seu campo de tiro (o alcance útil das armas neurobalísticas do tipo das bestas não excedia os 200 m, e o

<sup>18</sup> Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCV, p. 159.

<sup>19</sup> Cf. MONTEIRO, João Gouveia – A tática militar na Europa do século XIV: princípios, antecedentes e inovações, in MONTEIRO, João Gouveia – *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaios de História Militar Antiga e Medieval*. Lisboa: Salamandra, 2010, p. 184.

<sup>20</sup> É o que se chama a técnica da ‘lança deitada’ (*lance couchée*), típica da cavalaria (e, sobretudo, dos Cruzados) na segunda metade da Idade Média: cf. *Idem, ibidem*, p. 176-177; e ainda MONTEIRO, João Gouveia – As Ordens Militares e os modelos tácticos de combate de um e do outro lado do Mediterrâneo – uma abordagem comparada, in MONTEIRO, João Gouveia – *Entre Romanos...*, cit., p. 259.

<sup>21</sup> Cf. *Crónica do Condestabre...*, cit., cap. XXVIII, fl. XXIII.

das fundas sensivelmente a mesma coisa), lançaram no ar um chuva de virotões, de pedras e de dardos que fizeram empinar os cavalos, provocando o derrube de muitos cavaleiros e semeando a confusão na primeira linha castelhana. A acreditar em Fernão Lopes (que neste ponto se afasta um pouco da narrativa da *Crónica do Condestabre*), estes projecteis foram lançados não só a partir das alas mas também por atiradores colocados atrás da retaguarda portuguesa, ou seja, no topo do outeiro, que assim terão disparado por cima da cabeça dos homens de armas que compunham a vanguarda e a reserva de Nun'Álvares<sup>22</sup>. Certo é que o estrago foi grande, de tal modo que alguns cavalos castelhanos, sentindo-se feridos, “queriam dar vollta, e tornamdo atras e topamdo em outros cahiam em terra”<sup>23</sup>. Ou seja, os animais recusavam-se a progredir e tentavam recuar para fugir ao chuva de flechas, de dardos e de pedras que se abatera sobre eles com toda a força, dado o facto de tais mísseis estarem a ser arremessados de cima para baixo. Contudo, se avançar parecia mau caminho, recuar também se revelava problemático: é que pouco atrás da primeira linha castelhana vinha a segunda, e depois a terceira, e assim sucessivamente. Isto é, o recuo de uma linha mais adiantada provocava inevitavelmente o choque com outra mais recuada... Com tudo isto, muitos cavaleiros foram derrubados e, devido ao peso das suas armaduras de corpo, acabaram por ficar meio inutilizados no terreno, boa parte deles feridos em resultado da queda da montada, uns e outros decerto atordoados com o rumo que o combate estava a levar ainda antes de chegarem ao contacto com a vanguarda adversária!

De certo modo, podemos comparar esta situação com o sucedido na primeira grande batalha terrestre da Guerra dos Cem Anos, em Crécy (Norte de França), a 26 de Agosto de 1346 (dia de trovoadas e de chuva intensa que tornou o terreno muito lamacento). Nesse combate, as sucessivas cargas da cavalaria pesada francesa (quase sem apoio dos atiradores) estilhaçaram-se sucessivamente depois de tentarem aceder, encosta acima, ao contacto com o exército desmontado sabiamente disposto pelo rei inglês Eduardo III num terraço agrícola mais elevado<sup>24</sup>. Ora, em Atoleiros – com as devidas

<sup>22</sup> Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCV, p. 159.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>24</sup> Veja-se um breve resumo deste combate em MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota, 1385...*, cit., p. 53-56.

diferenças tendo em conta a escala reduzida da batalha e as especificidades de um terreno mais suave – parece indiscutível que também os esquadrões das primeiras linhas castelhanas chegaram ao contacto com a vanguarda de Nun’ Álvares já algo diminuídos e desorganizados, o que era quase sempre fatal para a eficácia da respectiva carga. O terreno pesado e entrecortado por, pelo menos, uma linha de água (a ribeira das Águas Belas) e o *volley* de projecteis recebido durante a aproximação à posição inimiga quebraram o *élan* de um choque que se pretendia *en masse* e que só dessa forma poderia ter sido eficiente. Os cavaleiros dos “conrois” devem ter chegado ao momento do choque já desgarrados e razoavelmente distantes uns dos outros, o que era letal para o sucesso de uma carga de cavalaria munida de *lance couchée*.

Presa fácil da tropa apeada portuguesa, os ataques das linhas dianteiras da cavalaria pesada castelhana foram sendo secundados, durante algum tempo, pela chegada das linhas mais recuadas: Fernão Lopes explica que “viinham outros de rrefresco, que estavom atras pera isto prestes”<sup>25</sup>. Mas o destino desses reforços acabava por ser o mesmo, ou seja não lograva alcançar o seu objectivo principal: desbaratar a coesa formação de infantaria e cavalaria desmontada pessoalmente liderada por Nun’ Álvares. Dizem as crónicas que, desde o início, a tropa portuguesa respondeu cerrada e firmemente, as lanças abaixadas, “cada huñ ao seu” (i.é, os contos das lanças apoiados no solo e as extremidades aguçadas apontadas aos peitos dos cavalos inimigos). Com isto, “os cavallos topamdo em ellas [nas lanças adversárias] alguñs delles cahirom logo em terra com seus donos”<sup>26</sup>. O destino da batalha estava traçado. Apesar de intensa e “pellejada de voomtade”<sup>27</sup>, a luta acabaria por se tornar favorável à hoste mais pequena. Não temos notícia de que o comando português tenha tido necessidade de mandar avançar a sua reserva para apoio da linha da frente, mas não é impossível que tal tenha acontecido durante a fase mais acesa do combate, até como forma de neutralizar eventuais manobras de pequenos corpos de cavaleiros castelhanos que tivessem logrado atravessar a vanguarda portuguesa. Certo é que, aos poucos, o pânico foi-se instalando entre os Castelhanos. Com a morte do Mestre de Alcântara, Diego Martins,

<sup>25</sup> Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCV, p. 159.

<sup>26</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>27</sup> *Idem, ibidem*, p. 160.



o nível de organização da hoste invasora atingiu o ‘ponto de não retorno’. Sem hábitos de reagrupamento (estamos a falar de exércitos amadores e sem treino colectivo), ao fim de relativamente pouco tempo (Fernão Lopes escreve que a batalha durou “mui pouco espaço”<sup>28</sup>) foi o *sauve qui peut*...

Ao ver os adversários bater em retirada, Nun’Álvares deu o sinal para a perseguição. Quem pôde, deitou mão a uma montada (sua ou castelhana) e acompanhou o fronteiro numa cavalgada feroz atrás dos inimigos (as perseguições eram sempre momentos de descarga de ódios e de medos). Ao que se sabe, os Castelhanos fugiram nas direcções do Crato (norte) e de Monforte (este), muito embora Pero López de Ayala sugira que a retirada se concretizou em boa ordem e que nem sequer houve perseguição: “Los otros [os Castelhanos] recogieron en uno, e los de Portugal non les osaron más cometer”<sup>29</sup>. Em boa verdade, parece mais verosímil a versão do biógrafo de D. João I: raramente um exército medieval surpreendido no campo de batalha conseguia abandonar o terreno em boa ordem, e era frequente o adversário aproveitar a sua debandada para o perseguir impiedosamente, uma vez que esse era justamente o momento em que o inimigo (disperso e sem as armas a postos para lutar) se encontrava mais fragilizado e vulnerável. Faz, por isso, sentido o saboroso comentário que Fernão Lopes coloca na boca do almirante de Castela: “Homem morto nom troba solldo. Amde a bamdeira e vaasse, ca depois que homem hũa vez he desbaratado, mall torna outra vez aa batalha”<sup>30</sup>!

Como quer que seja, a ter existido, a perseguição não deve ter sido longa. A *Crónica do Condestabre* informa que ela durou “hũa legoa e mea” (i.é, c. 7,5 km)<sup>31</sup>, tendo sido interrompida ao crepúsculo para não se tornar numa aventura demasiado temerária. Nun’Álvares regressou então ao campo de batalha, onde, entre mortos e feridos, haviam tombado algumas dezenas

---

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*. A *Crónica do Condestabre* não fornece esta indicação, sendo possível que Lopes a tenha recolhido por via de testemunhos orais de combatentes na batalha, os quais teve ainda a oportunidade de conhecer (o cronista deve ter nascido entre 1380 e 1390 e pode já ter sido o autor da *Crónica de Portugal* iniciada em 1419 por ordem do Infante D. Duarte).

<sup>29</sup> Cf. LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del rey Don Juan Primero...*, cit., Año VI, 1384, cap. IV, p. 564.

<sup>30</sup> Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCV, p. 160.

<sup>31</sup> Cf. *Crónica do Condestabre...*, cit., cap. XXVIII, fl. XXIII v.º.

de Castelhanos: 40 homens de armas logo ao “primeiro juntar” (i.é, no momento do choque inicial), e “depois outros ataa seteemta e sete”, informa Fernão Lopes<sup>32</sup>. Das baixas portuguesas não dão as crónicas conta, a não ser para dizer que não morreu ali ninguém, o que é totalmente inverosímil... Seguro é que na batalha de Atoleiros perderam a vida diversos fidalgos castelhanos de nomeada, entre os quais, para além do Mestre de Alcântara, o craveiro (um alto oficial) da mesma Ordem Militar e Pero Gonçalves de Sevilha. Também o escudeiro-mensageiro Rui Gonçalves morreu nesta batalha. Entre os feridos, as fontes inscrevem os nomes do almirante de Castela, do Prior do Hospital (o primogénito dos Pereira) e de Garcia Gonçalves de Grisalva, entre outros cavaleiros de nomeada<sup>33</sup>.

Nessa mesma noite de 6 de Abril, foi já em Fronteira que Nun’ Álvares dormiu, decerto saboreando a sua primeira grande vitória militar. Claro que ela parece ter sido facilitada pela fraca prestação do adversário, que não reconheceu convenientemente o terreno e que errou ao prescindir dos seus atiradores (que poderiam ter sido muito úteis na fase inicial do combate, para desorganizar e ‘descompactar’ a formação portuguesa), da sua cavalaria ligeira e da sua peonagem, apostando as fichas todas numa carga de cavalaria pesada aplicada sobre um terreno encharcado e com inclinação desfavorável. O próprio chanceler castelhano reconhece a desastrosa precipitação: “(...) e por la mala ordenanza que ovieron fueron desabaratados”<sup>34</sup>. Mas nem por isso devemos retirar o mérito ao modelo táctico concebido pela hoste vencedora. Desde logo, porque teve a ousadia de tomar a iniciativa do combate e conseguiu atrair a ele, num terreno que lhe era claramente favorável, o seu adversário. Em segundo lugar, porque soube adequar o seu dispositivo ao campo de batalha, otimizando o efeito e a capacidade de tiro dos besteiros e dos fundibulários, o que se revelou um factor absolutamente decisivo para retardar e desorganizar a poderosa carga da cavalaria pesada castelhana. Em terceiro lugar, ao optar por um combate totalmente apeado, Nun’ Álvares arriscou mas foi recompensado: nivelou a sorte dos homens envolvidos e as suas probabilidades de sobrevivência, daí retirando um efeito psicológico

<sup>32</sup> Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCV, p. 160.

<sup>33</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>34</sup> Cf. LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del rey Don Juan Primero...*, cit., Año VI, 1384, cap. IV, p. 563-564.

importante, sobretudo junto daqueles menos habituados a combater e que, com os homens de armas desmontados a seu lado, receberam um suplemento de alma que deve ter sido extremamente moralizador.

Fernão Lopes sublinha esta faceta do combate apeado, e a sua observação tem sido largamente evocada por todos os estudiosos da batalha: “Omde aqui notaae, que este NunAllvarez foi ho primeiro, que da memoria dos homens ataa este tempo pos batalha pee terra em Portugall e a vemçeo”<sup>35</sup>. Julgo que devemos ter a prudência de relativizar este comentário, proferido por um cronista notabilíssimo (decerto um dos melhores de toda a Baixa Idade Média europeia) mas que percebia muito pouco de arte militar e que não consta que alguma vez tenha participado numa batalha (ao contrário, p.ex., de Pero López de Ayala, que esteve em combates tão espectaculares quanto Nájera-1367 e Aljubarrota-1385). A verdade é que a tendência da historiografia militar medieval aponta cada vez mais no sentido da reabilitação da infantaria dos sécs. XII e XIII: foram muitos e relevantes os combates em que tropa apeada (por vezes combatendo sem apoio de cavaleiros) foi decisiva, um pouco por todo o Ocidente europeu<sup>36</sup>. Portugal não deve ter sido exceção a esta regra e os poucos relatos credíveis de que dispomos e que aludem a combates em campo aberto no século anterior a Atoleiros (1284-1384) não parecem desprezar o contributo dos peões<sup>37</sup>. Além disso, há décadas que os exércitos ingleses actuavam no continente europeu utilizando um dispositivo táctico assente em corpos muito coesos de infantaria e cavalaria desmontada, bem apoiados por atiradores munidos de *long-bow* (arco-longo). Durante as Guerras Fernandinas, é inevitável que os mercenários ingleses ao serviço do conde de Cambridge tenham dado conta desses desenvolvimentos tácticos aos comandantes que os acolheram em Portugal (e Nun’Álvares já andou envolvido na terceira dessas guerras, em 1381-1382). Portanto, o sistema estava inventado e a sua eficácia era (re)conhecida. Restava pô-lo em prática com sabedoria, e foi isso mesmo

<sup>35</sup> Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCV, p. 161.

<sup>36</sup> Cf. FRANCE, John – *A Changing Balance: Cavalry and Infantry, 1000-1300*. *Revista de História das Ideias*. 30 (2009) 153-177.

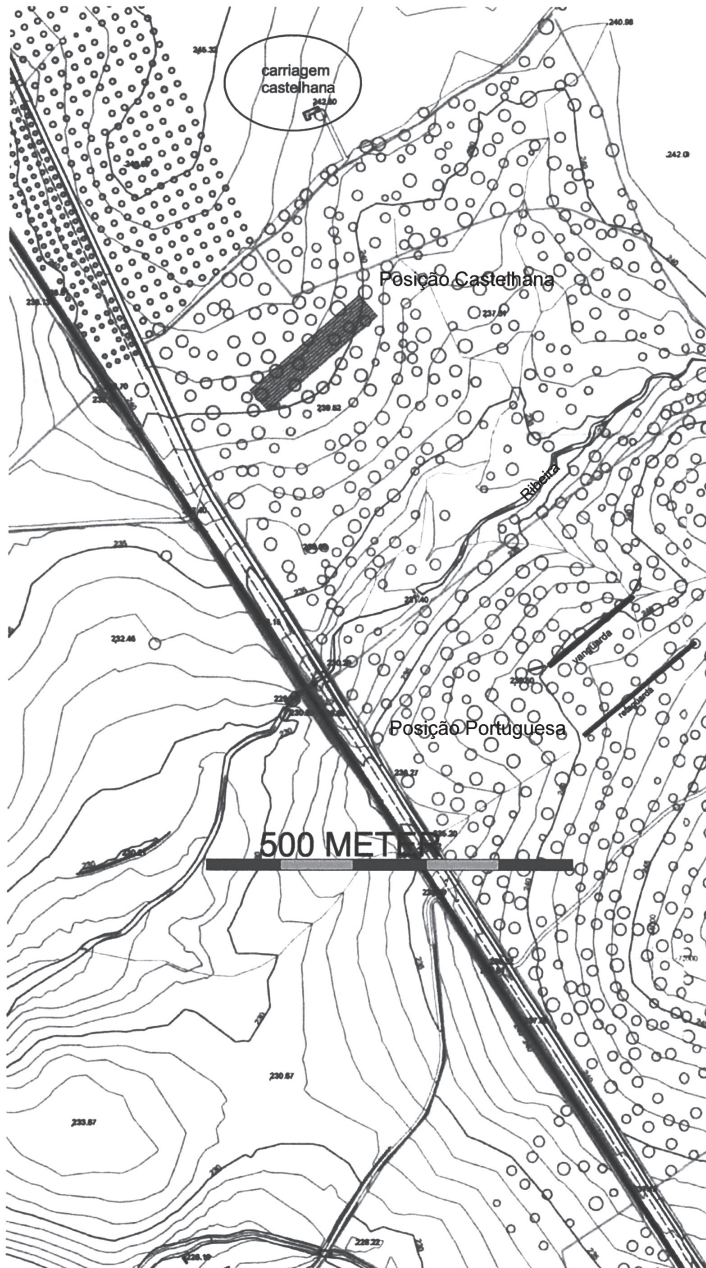
<sup>37</sup> Cf. MARTINS, Miguel Gomes – *Para bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013 (no prelo).

que Nun'Álvares conseguiu fazer de forma brilhante. Tal como faria no campo de batalha de S. Jorge-Aljubarrota, 16 meses mais tarde. Os dois combates têm uma escala completamente distinta, mas as semelhanças no seu código genético são flagrantes: escolha prévia de um terreno favorável; presença de linhas de água a condicionar o movimento das tropas; iniciativa estratégica (provocar o combate); formação apeada contra tropa a cavalo; otimização de atiradores nas alas; postura táctica defensiva (aguardar a investida do adversário); e recepção muito coesa do ataque inimigo. Em ambos os casos, o combate durou pouco tempo, com o factor surpresa e o pânico a instalarem-se rapidamente na hoste mais numerosa e bem equipada e a provocarem a debandada geral.

Nestes termos, julgo que podemos concluir dizendo que Atoleiros foi uma vitória brilhante do engenho sobre a força. E foi uma vitória extremamente importante do ponto de vista psicológico, pois mostrou aos partidários do Mestre de Avis (e a todos aqueles que hesitavam ainda quanto ao caminho a seguir) que os Castelhanos, afinal, não eram invencíveis. Desse ponto de vista, Atoleiros contribuiu não só para consolidar a defesa de Lisboa mas também a posição do Mestre no plano político e emocional, e isso deve ter sido determinante para o triunfo da sua causa. Responderemos, portanto, afirmativamente à pergunta que simbolicamente inscrevemos como título deste breve estudo: “A batalha de Atoleiros (6 de Abril de 1384): ensaio geral para Aljubarrota?”.

## Anexo 1

Esquema da Batalha de Atoleiros (6 de Abril de 1384): posições iniciais



## Anexo 2

### O Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros (Fronteira, 2012):

O Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros (CIBA), promovido pela Câmara Municipal de Fronteira, tem como objectivo primordial perpetuar a memória histórica deste acontecimento, mas ambiciona também que a sua criação permita o desenvolvimento de um itinerário de infra-estruturas culturais que sejam pólos dinamizadores, não só a nível local, mas também nacional.

Simultaneamente, pretende-se que a implantação do edifício na malha urbana crie novos eixos de circulação na vila de Fronteira, estabelecendo a ligação entre as áreas urbanas antigas e as mais recentes.

O projecto arquitectónico e paisagístico, da autoria de Gonçalo Byrne, José Laranjeira e Marta Byrne, adoptou um compromisso íntimo com a planície alentejana e suas tradições e interiorizou o dramatismo da violenta batalha da Primavera de 1384. Nas palavras dos seus autores, o novo CIBA é “um objecto arquitectónico enigmático, que assume a sua singularidade e dimensão, materializado em sucessivas camadas de ‘terra vermelha’ intercaladas com linhas de xisto, evocando a tradição da construção em taipa e a dimensão humana dos seus construtores”. O belo edifício foi feito de raiz com vista à instalação desta unidade museológica e, por isso, esteve sempre presente a necessidade da sua adequação aos conteúdos do programa museológico que aqui se iria implementar. O edifício é constituído por dois blocos distintos mas que funcionam em conjunto. Um bloco está vocacionado para o acolhimento do público albergando as áreas sociais, a loja-livraria e o espaço destinado ao desenvolvimento das actividades do serviço educativo; o outro bloco é inteiramente ocupado pela zona expositiva.

O programa museológico recorre a uma linguagem essencialmente audiovisual. Se, por um lado, esta opção permite colmatar a inexistência de espólio original que pudesse integrar a exposição, por outro o recurso aos meios multimédia e interactivos corresponde ao desejo de que este seja um espaço em que se fornece informação ao visitante, ao mesmo tempo que se lhe proporciona alguma emoção estética. Assim, toda a encenação aqui levada a cabo, incluindo uma sua vertente mais espectacular, visam despertar



a curiosidade dos visitantes ou mesmo provocar o seu espanto, na certeza de que esta será uma estratégia susceptível de cativar o público e de tornar a visita a esta unidade museológica uma experiência original e marcante.

A produção de conteúdos para o Centro de Interpretação norteou-se pelo objectivo de conjugar os aspectos pedagógicos com o entretenimento, oferecendo ao visitante uma lição de História ministrada sob uma forma lúdica. Ao mesmo tempo, procurou-se a fidelidade histórica e o rigor científico em tudo o que é apresentado. Além disso, foi possível integrar dados resultantes de investigações científicas recentes realizadas no próprio terreno onde se travou a batalha.

O percurso de visita está organizado de forma linear e sequencial, com uma duração média de 60 minutos. Estimou-se um fluxo de cerca de 60 visitantes por hora, com uma capacidade máxima de 400 visitantes por dia.

A visita inicia-se na zona de acolhimento ao público com a distribuição de um áudio-guia que, para se adequar à variedade do público-alvo a que se destina, possui duas versões, uma adaptada a adultos e outra a crianças, sendo disponibilizado em três línguas (português, espanhol e inglês). Os áudio-guias fazem parte integrante da visita, assumindo um papel estruturante, de fio condutor, ao longo do trajecto percorrido pelo visitante. São o veículo básico de transmissão da informação e estão em estreita sintonia com os meios audiovisuais e multimédia com que o visitante se vai deparando no decurso da visita.

O áudio-guia conduz o público ao longo da sequência dos cinco núcleos que compõem o percurso, mas permite que cada visitante, de forma individualizada, explore os temas que lhe vão sendo propostos, geralmente sob uma forma interactiva.

O primeiro núcleo expositivo recria o *atelier* de um pintor, com os seus materiais específicos, mas onde a presença de outros objectos (como livros e a maquete de uma embarcação) evocam o trabalho de investigação histórica subjacente à produção de pinturas de carácter histórico. Neste núcleo, exhibe-se uma reprodução integral, em tamanho real (escala 1/1), de um quadro que representa o confronto entre os dois exércitos na batalha de Atoleiros. O seu original é um fresco pintado por Jaime Martins Barata, em 1966, para a parede da sala do tribunal do Palácio da Justiça de Fronteira.

Paralelamente, o áudio-guia fornece o contexto histórico da época, abordando aspectos económicos, políticos, sociais e culturais do século XIV.

O núcleo 2 procura desenhar um panorama da batalha. O áudio-guia dá uma explicação genérica de como se fazia a guerra na Idade Média, para depois abordar as razões pelas quais se travou esta batalha e apresentar os dois exércitos intervenientes. Enquanto isso, pode-se observar uma instalação de esculturas que pretende recriar o cenário da batalha em 3D, a partir das personagens que figuram no fresco visto no núcleo anterior. O visitante mais curioso pode também aceder a um programa interactivo em ecrã táctil, inspirado nos elementos representados no quadro, para explorar diversas peças de armamento e outros aspectos da guerra medieval, como a composição de um exército ou os símbolos heráldicos associados.

O núcleo 3, centrado especificamente no combate entre as duas hostes, encontra-se instalado no interior de uma câmara obscura. Os pormenores da batalha vão-se revelando em ecrãs que assumem a forma de um espelho e de uma mesa de desenho. Dado o seu carácter espectacular, este núcleo constitui o clímax da visita, em especial quando as personagens ganham vida num pequeno filme em que se destaca a figura de Nuno Álvares Pereira.

O núcleo 4 representa um laboratório de fotografia com todo o seu aparato técnico, usando-se, por exemplo, uma mesa de luz com diapositivos para mostrar o campo de batalha. Apresenta-se ainda um esquema da batalha, com animação, que mostra o percurso dos dois exércitos, a respectiva instalação no campo de batalha e os vários ataques ocorridos durante a luta. Por fim, um programa interactivo em ecrã táctil permite explorar, em paralelo, as vidas de Nuno Álvares Pereira e de D. João I.

O núcleo 5 constitui o epílogo da visita e procura cativar o público para outras visitas à região, em particular ao próprio campo de batalha. Explica-se também como é possível identificar o local onde se travou a batalha: conjugando as informações das fontes escritas (como a crónica de Fernão Lopes) com observações do próprio terreno e com investigações científicas, tais como estudos modernos de foto-interpretação e de prospecção geofísica.

A data escolhida para a abertura ao público do Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros foi Abril de 2012, por se tratar do mês do 628.º aniversário de um combate que ajudou a mudar a história de Portugal.

**Anexo 3**

Fresco do pintor Jaime Martins Barata (Palácio da Justiça de Fronteira, 1966).  
Esta peça constitui o elemento âncora do discurso expositivo do  
Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros (Fronteira, 2012).